

Os Soldados Indígenas na Amazônia Brasileira: um retrato do Comando Militar da Amazônia

Tássio Franchi 

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Instituto Meira Mattos
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
tasfranchi@gmail.com

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



João Batista Santos Pinheiro 

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Instituto Meira Mattos
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior 

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Instituto Meira Mattos
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
tigermbax@hotmail.com

Compreender o contexto étnico-cultural é de extrema importância para aprofundar o conhecimento da dimensão humana no qual as operações militares ocorrem, como também para entender os recursos humanos disponíveis para planejar, organizar e executar as operações, levando sempre em consideração os cuidados a serem tomados com as populações locais. Por isso, os exércitos ao redor mundo e as ciências militares se ocupam de entender o terreno humano. Nessa linha, o Exército Brasileiro opera em uma das regiões com maior diversidade étnica e cultural da América do Sul, a Amazônia. Sabemos que a Amazônia há décadas é uma floresta urbanizada, com uma população composta por pessoas de várias regiões do país e um vasto histórico de movimentos de chegadas de grupos humanos à região. Aos brasileiros em vilas e cidades se somam estrangeiros que vivem próximos às fronteiras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros grupos que ocupam a região. Entender um pouco dessa diversidade humana da região e como ela se relaciona com o Exército é um exercício necessário. Nesse texto buscamos lançar luz sobre a parcela da população indígena que faz parte efetiva das fileiras do Comando Militar da Amazônia.

A incorporação de tropas indígenas nas Forças Armadas (FA) regulares e/ou em milícias é um fenômeno secular que permeia tanto os exércitos nacionais quanto os coloniais. As instituições militares reconhecem a *expertise* inestimável detida por certos grupos nativos, que têm saberes cruciais para operações militares em biomas específicos e para a interação com outros grupos indígenas. A história está cheia de exemplos, no período de conquista da

América, as alianças estabelecidas por Hernán Cortés e Francisco Pizarro com tribos nativas que não só os guiaram, como lutaram ao seu lados na conquista do Império Asteca e do Império Inca (Todorov, 1999). As Forças Armadas dos países amazônicos utilizam contingentes indígenas por meio de grupamentos especiais voltados ao combate na selva ou em regiões em que os indígenas têm mais familiaridade com o espaço. Durante o período pombalino na Amazônia, oficiais indígenas tiveram importantes funções na consolidação do controle sobre o território (Rocha, 2009).

Durante boa parte do período colonial e até o século XIX, o Brasil, bem como outros países da América do Sul, empregaram tropas nativas em diferentes conflitos. Parte do sucesso do emprego dessas tropas estava na cooptação das lideranças nativas. Como foi o caso do líder indígena potiguar, Antônio Filipe Camarão; que, no século XVII, lutou ao lado da coroa portuguesa contra os holandeses (Lopes, 2011; Moreira, 2004). Sendo um dos heróis da Batalha de Guararapes (1648), considerada marco na construção da identidade nacional e do Exército Brasileiro (Castro, 2002; Gondim, 2020). Além do Brasil, outro exemplo dessa colaboração é a Batalha de Pichincha, em 1822, que marca a Independência do Equador. Durante a guerra de independência, um indígena chamado Lucas Tipán foi um importante guia para o Marechal Sucre e suas tropas, além de prover informações valiosas sobre as estratégias dos inimigos.

Um exemplo contemporâneo, no século XX, ocorreu durante a Guerra do Cenepa (1995) entre Equador e Peru. Indígenas das etnias Shuar e Arutan lutaram ativamente durante a última guerra interestatal ocorrida na América do Sul (Iturralde; Franchi, 2022). Historicamente, desde os anos 1980, o coronel Gonzalo Barragán já havia iniciado os primeiros cursos de formação de soldados indígenas. Em 1992, é criada a *Escuela de Formación y Perfeccionamiento de Nativos del Ejército* (EFYPNE), que nos anos posteriores formou os soldados Iwias, grupo indígena militar de elite do exército equatoriano, muitos dos quais vieram a participar na Guerra do Cenepa, em 1995. Naquele ano, foi criado o *Batallón Escuela de Operaciones Especiales Iwias* (Beoes – 23 Iwias), com três companhias operacionais, todas distribuídas no Amazonas (Comando de Operações Especiais de Selva (Cia Op Esp Sl nº 17, 19 e 21)). Desde então, a Escola de IWIAS forma cerca de 80 soldados indígenas por ano, todos destinados às unidades da Amazônia equatoriana (Reseña Histórica, 2023).

No Brasil, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), criado pelo Decreto Presidencial no 53.649, de 2 de março de 1964, com o objetivo de conduzir o Curso de Operações na Selva, especializa militares para o combate na selva. Até o final do ano de 2022, o CIGS já havia formado 7.099 guerreiros de selva, sendo 634 de nações amigas (CIGS, 2022). Entre os países que mais formaram guerreiros de Selva no CIGS, figuram a França e o Equador (Souto; Paim; Franchi, 2018). Integrados ao meio ambiente, o homem amazônico, nas condições de agricultores, pescadores, remadores, caçadores, mateiros, sempre conviveram com as nuances de uma natureza, que na Amazônia é relatada em superlativos (Fraxe, 2004). Castro (1997) descreve como eles desvendaram os saberes sobre o tempo das marés, dos igarapés, da terra, da mata, do período de desova das espécies, da chuva e do sol, explicando suas práticas sociais, técnicas e relações produtivas. Esses saberes nativos dos amazônidas foram decodificados durante décadas pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva, com o objetivo de adaptar os diversos conhecimentos tradicionais desses povos à doutrina convencional da arte da guerra

para empregá-los na capacitação dos militares que realizam o Curso de Operações na Selva. Dessa maneira, os guerreiros de selva agregam aos conhecimentos curriculares de formação militar aspectos da cultura amazônica, os quais são fundamentais para o sucesso das operações militares nesse ambiente operacional de selva.

1 A POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL E NO CMA

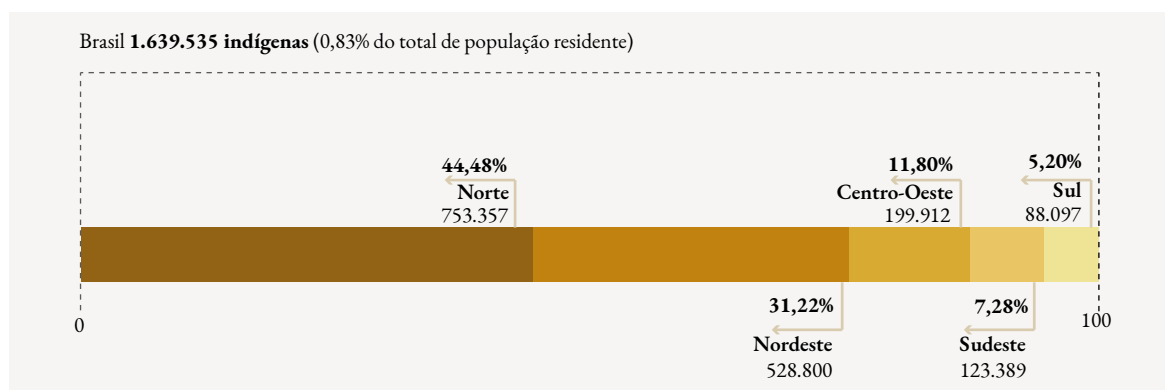
A incorporação de indígenas nas Forças Armadas segue até os dias atuais, com maior presença nas regiões cujo quantitativo desses povos é mais representativo. Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena do Brasil representa 0,83% do total de habitantes do país. O número total de pessoas que se declaram indígenas foi de 1.693.535, 88% maior que no censo anterior de 2010, quando contabilizavam 896.917 pessoas. Destes, mais da metade está concentrada na região da Amazônia Legal.

O Nordeste brasileiro é a segunda região com 31,22% da população indígena do país. Seguido do Centro-Oeste com 11,08%. Essas proporcionalidades guardam uma relação com os Comandos Militares da Amazônia (CMA); do Nordeste (CMNE) e Oeste (CMO).

Atualmente, os jovens indígenas que atingem a idade militar podem ingressar nas Forças Armadas pelo serviço militar obrigatório, pelos quadros de oficiais e sargentos técnicos temporários ou pelos diversos concursos de admissão nas diferentes carreiras militares. O Exército Brasileiro, devido uma série de fatores, por exemplo maior efetivo; presença histórica na Amazônia Legal; e uma estratégia de presença que, ao longo dos séculos, vem construindo uma capilaridade com a implantação de organizações militares espalhadas em locais isolados, mas estratégicos da região, O Exército é com certeza o ramo das forças armadas que apresenta os maiores efetivos de indígenas incorporados em suas fileiras.

Dentre os grandes comandos militares de área, o CMA tem como área de responsabilidade os territórios dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Nesse território reside uma população de 641.026 mil indígenas.

Figura 1 – Resultados do censo demográfico indígenas 2022 do IBGE



Fonte: IBGE (SIDRA) Censo Demográfico 2022: Indígenas – Primeiros Resultados do Universo, 2023.

Quadro 1 – Populações Indígenas por Comandos Militares do Exército*

| | | | | | |
|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|--------|
| CMA | Amazonas | 490.854 | CMN | Pará | 80.974 |
| | Roraima | 97.320 | | Maranhão | 57.214 |
| | Acre | 31.699 | | Amapá | 11.334 |
| | Rondônia | 21.153 | | <i>Total 149.522</i> | |
| <i>Total 641.026</i> | | | | | |
| CMNE | Bahia | 229.103 | CMS | Rio Grande do Sul | 36.096 |
| | Pernambuco | 106.634 | | Paraná | 30.460 |
| | Ceará | 56.353 | | Santa Catarina | 21.541 |
| | Parafba | 30.140 | <i>Total 88.097</i> | | |
| | Alagoas | 25.725 | CML | Minas Gerais | 36.699 |
| | Rio Grando do Norte | 11.725 | | Rio de Janeiro | 16.964 |
| | Piauí | 7.198 | | Espírito Santo | 14.411 |
| Sergipe | 4.708 | <i>Total 68.074</i> | | | |
| <i>Total 471.586</i> | | | | | |
| CMO | Mato Grosso do Sul | 116.346 | CMSE | São Paulo | 55.295 |
| | Mato Grosso | 58.231 | | <i>Total 55.295</i> | |
| <i>Total 174.577</i> | | | | | |
| CMP | | | CMP | Tocantins | 20.023 |
| | | | | Goiás | 19.522 |
| | | | | Distrito Federal | 5.813 |
| | | | | <i>Total 45.358</i> | |

* As divisões do CMA estão aproximadas com os limites dos Estados, o que não corresponde nos seguintes casos: A região do triângulo mineiro está subordinada ao CMP e não ao CMSE; parte do estado do Maranhão e a região do Bico do Papagaio no Tocantins estão subordinados ao CMN e não ao CMP e CMNE.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Censo (IBGE, 2023).

Tabela 1 – População indígena segundo unidade da federação e localização do domicílio

| Unidade da Federação | População indígenas (Pessoas) | População Estadual | Percentagem da população indígena no total de população estadual (%) | |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|--|-------------------------------|
| Amazonas | 490.854 | 3.941.175 | 12,45 | |
| Roraima | 97.320 | 636.303 | 15,29 | |
| Acre | 31.699 | 830.026 | 3,82 | |
| Rondônia | 21.153 | 1.581.016 | 1,34 | |
| Domicílio | Em terras indígenas | | Fora de terras indígenas | |
| UF | População Indígena (Pessoas) | Percentual do total geral (%) | População Indígena (Pessoas) | Percentual do total geral (%) |
| Amazonas | 149.074 | 30,37 | 341.780 | 69,63 |
| Roraima | 71.412 | 73,38 | 25.908 | 26,62 |
| Acre | 19.588 | 61,79 | 12.111 | 38,21 |
| Rondônia | 11.537 | 54,54 | 9.616 | 45,46 |

Fonte: Adaptado de IBGE (SIDRA) Censo Demográfico, 2023

Dentro do CMA, a presença mais significativa de soldados indígenas está nas organizações militares sediadas em regiões/municípios com maior concentração dessas populações tradicionais. Não é surpresa que a 2ª Brigada de Infantaria da Selva, sediada no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, detenha o maior número de indígenas incorporados entre 2019 e 2023 (segundo dados preliminares levantados pelo CMA em outubro de 2023).

A região conhecida como Cabeça do Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, tem 23 etnias pertencentes aos troncos linguísticos Tukano Oriental, Aruak, Yanomami, Japurá-Uaupés (Maku), que falam cerca de 23 línguas diferentes, além do Nheengatu (Língua Geral) e dos diversos dialetos. A responsabilidade territorial dessa área e outras adjacentes cabe à 2ª Brigada de Infantaria de Selva (Bda Inf SI), cujo comando está sediado na cidade de São Gabriel da Cachoeira juntamente com o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, que são responsáveis pelos sete Pelotões Especiais de Fronteira, que guarnecem a faixa de fronteira do extremo Noroeste amazônico. A diversidade étnica de sua área de responsabilidade e a necessidade de agregar os conhecimentos tradicionais milenares sobre biodiversidade e sobre os diversos territórios que as populações nativas tradicionalmente ocupam, levam a 2ª Bda Inf SI a incorporar em suas fileiras soldados indígenas de 16 etnias diferentes, constituindo-se assim como a Brigada do Comando Militar da Amazônia com maior diversidade étnica dentre os soldados que compõem suas diversas organizações militares subordinadas. Atualmente, em todo o CMA, existem cerca de 1196 soldados indígenas de 31 etnias distintas.

Tabela 2 – Indígenas incorporados na área da 12ª RM (período de 2019 a 2023)

| Org. Militar | CMA | | | 12ª RM | | 2º Gpt E | | | |
|---------------|------------|------|----------|--------|----------|----------|--------|--------|------------------|
| | PqR Mnt/12 | CIGS | 4º C Geo | HGuPV | H Gu SGC | 5º BEC | 6º BEC | 7º BEC | 21º CIA C E CNST |
| | 1 | 2 | 2 | 1 | 64 | 3 | 79 | 3 | 125 |
| Totais | 5 | | | 65 | | 210 | | | |

| Org. Militar | 1ª Bda Inf SI | | | | | | | 16ª Bda Inf SI | |
|---------------|---------------|------------|-------------|----------------|---------------------|---------------|------------|----------------|---------|
| | CFRR / 7º BIS | 10º GAC SL | 1º B LOG SL | 12º ESQD C MEC | CIA C 1º BDA INF SL | 1º PEL COM SL | 32º PEL PE | 8º BIS | 17º BIS |
| | 76 | 17 | 22 | 9 | 13 | 13 | 3 | 73 | 8 |
| Totais | 153 | | | | | | | 81 | |

| Org. Militar | 2ª Bda Inf SI | | | | | | | TOTAL |
|---------------|---------------|--------|-------------|--------------------|------------|---------------|--------|-------|
| | CMDO 2ª BDA | 5º BIS | 2º B LOG SL | CIA CMDO 2ª PEL PE | 22º PEL PE | 2º PEL COM SL | 3º BIS | |
| | 51 | 294 | 70 | 106 | 20 | 12 | | |
| Totais | 629 | | | | | | | 1196 |

Fonte: CMA, 2023

Tabela 3 – Etnias incorporados ao Exército Brasileiro na área do CMA (2019-2023) (quantidade)

| Etnia | Quant. | Etnia | Quant. |
|-----------------|--------|--|--------|
| BARÉ | 440 | PIRATAPUYA, KUBEO | 13 |
| MACUXI | 165 | ARAPAÇO | 8 |
| TUKANO | 139 | TUYUKA, YANOMAMI | 7 |
| BANIWA | 74 | PARINTINTIN | 6 |
| WAPICHANA | 62 | POYANAWA, KARITIANA | 5 |
| DESSANO | 42 | KAIXANA, MARUBO | 4 |
| TIKUNA | 41 | MIRANHA, CAICHANO, KAMBEBA, APURINÁ, DESSANO | 3 |
| TARIANO | 30 | | |
| KORIPAKO | 23 | ARARA, PATAMONA, MIRITI-TAUÁ | 2 |
| KOKAMA | 22 | SHAWÁDAWA, NUKINI, MAYRUNA, SAKURABIAT, MORUMBO, MUDURUKU, TICUNA, PAGO PARU, YTOTO, WAREKENA, BANTO, CARAPANÁ | 1 |
| WANANO, ORO NAO | 18 | | |
| KAXINAUÁ | 14 | | |

Fonte: CMA, 2023

O CMA historicamente vem construindo e mantendo um bom relacionamento com todas as populações indígenas em sua área de responsabilidade. Esse esforço vem desde os *Diálogos de Manaus*, em 2003, quando por iniciativa do CMA, indígenas foram ouvidos de forma que os militares pudessem saber como se relacionar com as comunidades. Durante o evento, foi elaborado um documento final posteriormente publicado na Portaria nº20-EME, de 2 de abril de 2003, que consolidou as deliberações conjuntas elaboradas durante o *Diálogo de Manaus* e passou a servir de referência para o relacionamento respeitoso e cooperativo entre militares e indígenas em todo território nacional, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Posteriormente a referida Portaria foi estendida a todas as forças armadas e demais órgãos do Ministério da Defesa através da Portaria nº 983/DPE/SPEAI/MD, de 17 de outubro de 2003. 20 anos depois, o Estado-Maior do Exército editou a *PORTARIA – EME/C Ex Nº 946, de 16 de janeiro de 2023 – Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas (EB20-D07.095)*, reafirmando o passo dado duas décadas antes de reconhecimento das comunidades indígenas.

A Portaria nº20-EME, de 2 de abril de 2003, marcou o fim de uma relação conflituosa entre militares e indígenas vivenciada durante a década de 1990 na área do CMA, decorrentes, sobretudo, da efetivação de direitos diferenciados dispensados aos indígenas na Constituição Federal de 1998, que gerou fricção com a potencialização da ocupação militar pós Guerra Fria, que ocorre na Amazônia brasileira naquele mesmo período. A referida portaria abandona os fundamentos indigenistas baseados no paradigma integracionista, que permeou todas as políticas públicas do Estado Brasileiro desde o Império até 1988 e propõe uma relação sob o paradigma da cooperação, conforme proposto

pela Constituição Federal em vigor. Para celebrar os 21 anos do *1º Diálogo de Manaus* e realinhar a relação entre as partes, o CMA planeja realizar o *2º Diálogo de Manaus* no decorrer de 2024.

O objetivo deste texto foi apresentar um retrato dos efetivos indígenas incorporados às fileiras do CMA. Outros textos estão programados para aprofundarem na questão dos soldados indígenas com lentes diferentes. O objetivo é mostrar de forma abrangente o panorama da relação entre os soldados e os guerreiros

Figura 2 – Comandante do CMA – Gen Ex Costa Neves com lideranças Yanomami em evento de aniversário do CMA.



Fonte: ComSoc CMA, 2023.

Figura 3 – Assessor Especial do CMA para assuntos indígenas e lideranças Yanomamis da região de Maturacá em evento aniversário do CMA



Fonte: ComSoc CMA, 2023.

REFERÊNCIAS

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTRO, E. **Tradição e Modernidade**: A propósito de Processos de Trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 20-35, 1997.

CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva. **Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva**. Manaus: CIGS, 2022.

CMA – COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. **Indígenas incorporados na área da 12ª RM (período de 2019 a 2023)**. (dados preliminares do primeiro levantamento feito pelo CMA, em outubro de 2023). Manaus: CMA, 2019.

FRANCHI, T; MIGON, E. X. F. G.; JIMÉNEZ, R. X. V. Taxonomy of interstate conflicts: is South America a peaceful region? **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 11, n. 2, e0008, 2017.

FRAXE, T. J. P. O saber local e os agentes da comercialização na Costa da Terra Nova, no Careiro da Várzea (AM). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais [...]**. Indaiatuba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

GONDIM, A. M. de C. A Identidade nacional nas batalhas dos Guararapes. **Revista Fórum Identidades**, São Cristóvão, p. 189-204, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / SIDRA. **Censo Demográfico 2022: Indígenas**. Primeiros Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ITURRALDE, Miguel Fernando Maya; FRANCHI, Tássio. A historiografia entorno da última guerra na América do Sul: Cenepa 1995. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 36, p. 19-37, 2022.

LOPES, J. A visibilidade do primeiro Camarão no processo de militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 16, n. 2, p. 133-152, 2011.

MOREIRA, J. A. O terço de Antonio Filipe Camarão: sua cooptação e evolução militar durante a invasão holandesa. **Klepsidra**, [s. l.], n. 22, p. 3, 2004.

ROCHA, R. A. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RESEÑA HISTÓRICA. **Escuela de Formación y Perfeccionamiento de Nativos del Ejército**, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://eiwia.mil.ec/resena-historica-2/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SOUTO, J. C. F.; PAIM, R. de A.; FRANCHI, T. As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 61-86, 2018.

TODOROV, T.; PERRONE-MOISÉS, B. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

